- b) Em segunda convocação com 30 minutos, após a primeira convocação, com presença de pelo menos dois terço de seus membros;
- c) Em terceira convocação com 15 minutos após a segunda convocação, com pelo menos um terço de seus membros;
- d) Em caso do não atendimento dos critérios das convocações anteriores, a pauta será cancelada e remarçada, desde já para pauta oportuna, observadas às disposições previstas neste

Art. 17º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes.

Parágrafo Único - As deliberações relativas às propostas de alteração do Regimento Interno serão tomadas por maioria simples de votos dos membros do Conselho da RDS/REVIS em assembleia geral ordinária.

Art. 18º - Será lavrada Ata em cada Assembleia Geral, que após sua leitura e aprovação serão assinadas, na reunião subsequente, pelo Presidente, pelo Secretário e por todos os membros presentes, e enviadas às entidades envolvidas nas questões da RDS/REVIS, e ainda colocadas à disposição dos membros do Conselho;

Art. 19º - Os membros do Conselho deverão comparecer às Assembleias Ordinárias e Extraordinárias para o andamento dos trabalhos.

Art. 20º - Além dos indicados pelos membros do Conselho, terão direito à voz, sem direito a voto, todo e qualquer cidadão previamente cadastrado, antes do início de cada reunião, quando representar qualquer órgão público, privado ou sociedade civil organizada.

Parágrafo Único - O Presidente do Conselho estabelecerá o número máximo de inscritos e o tempo máximo de cada fala, de modo a permitir que todos os inscritos credenciados tenham acesso à palavra, garantida a participação de todos os membros do Conselho e observado o princípio da igualdade.

Art. 21º - Propostas e sugestões de matérias emanadas pelos conselheiros para apreciação do Conselho deverão ser encaminhadas, por escrito, à Presidência ou à Secretaria Administrativa, que as incluirá na pauta da reunião subsequente, desde que dentro dos prazos previstos por este regimento.

Parágrafo Único - Havendo convergência de propostas e sugestões, a Presidência e a Secretaria Administrativa poderão juntá-las em uma única proposta ou sugestão, devendo encaminhá-la ao plenário, juntamente com as originais, para deliberação.

CAPÍTULO VI

DA PERDA DO MANDATO E DA VACÂNCIA

Art. 22º - Perderá a condição de membro do Conselho da RDS/REVIS a instituição ou organização que:

I - Deixar de comparecer a três assembleias convocadas a qualquer título consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa aceita pela Presidência do Conselho e Assembleia Geral;

II - Manifestar-se publicamente de forma que, por algum motivo, possa denegrir, perante a opinião pública, a imagem da RDS/REVIS;

III - Solicitar oficialmente ao Presidente do Conselho seu descredenciamento;

IV - Em caso de morte ou condenação após trânsito em julgado na esfera § 1º - A falta do representante da instituição membro será comunicada ao gestor da mesma por escrito pelo Presidente do Conselho.

§ 2º - A justificativa de falta deverá ser feita por escrito ao Presidente do Conselho, pela autoridade máxima da instituição membro.

§ 3º - Será solicitada a substituição do representante de instituição membro do Conselho ou de seu suplente, quando:

a) For descredenciado pela Instituição que representa;

c) A critério da Assembleia Geral, cometer falta grave por ocasião de sua atuação no

§ 4º - A perda do mandato do membro do Conselho da RDS/REVIS ou de seus representantes será efetivada a partir de resolução em Assembleia Geral, sancionada pelo Presidente do Conselho.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 23º - As indicações para renovação do Conselho serão realizadas no período máximo de 60 (sessenta) dias e no mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término dos mandatos vigentes, mediante ofício do Presidente do Conselho para todas as Entidades representadas.

Art. 24º - Havendo manifestação de interesse de novas Entidades em participar do Conselho, a análise e aprovação das interessadas dar-se-á em Reunião Ordinária do Conselho.

Art. 25º - As nomeações das Entidades que comporão o Conselho serão efetivadas pelo Titular do IDEFLOR-Bio, mediante publicação de Portaria no Diário Oficial do Estado, com mandato de 02 (dois) anos, renovável por igual período.

Art. 26º - O primeiro ato da primeira Reunião Ordinária do Conselho será o da solenidade de posse oficial dos seus membros representantes, outorgada na ocasião pelo Presidente do Conselho.

Art. 27º - As decisões que o Conselho julgar necessárias serão formalizadas em documentos, dando-se ampla publicidade.

Art. 28º - Os casos omissos deste Regimento Interno serão dirimidos em Assembleia Geral.

Art. 29º - Os representantes das instituições membro do Conselho da RDS/REVIS não perceberão nenhuma vantagem a título de remuneração e será considerada atividade de relevante interesse público.

Art. 30º - Consideram-se partes integrantes deste Regimento Interno, as demais condições, critérios, objetivos e atribuições previstos na legislação vigente para Reservas de Desenvolvimento Florestal e Refúgios da Vida Silvestre.

Art. 31º - Este regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Belém, 12 de setembro de 2022

Dielson Nascimento

Gerente de Unidade de Conservação

Presidente do Conselho Gestor

GRNE/DGMUC

Karla Bengtson

Presidente IDEFLOR-Bio

Protocolo: 883228

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO AS PUBLICAÇÕES CONSTANTE NO DIÁRIO OFICIAL Nº 35.195 e 35.197 DE 22/11/2022 e DE 23/11/2022 REFERENTE À DIARIA DE PORTARIA Nº 2040/2022 - SAGA, QUE GEROU O PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO: 879229 e 879938.

ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA.

Protocolo: 883044

POLICIA MILITAR DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL Nº 217/2022 – CCC: NOMEAR o MAJ QOPM RG 35492 KAYDSON FERNANDO DOS REIS CUNHA, na função de fiscal administrativo do contrato nº 017/2022; celebrado entre a PMPA e a Empresa TICKET LOG – TICKET SOLUÇÕES; cujo objeto destina-se a Prestação de serviço de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis e agente redutor líquido automotivo; NOMEAR a 2º SGT PM RG 11900 SIMONE GOUVÊA DE SOUZA, como fiscal interino do Contrato; Registre-se, publique-se, cumpra-se; Belém/PA, 30 de Novembro de 2022; GISELY MORAES DE CARVALHO – TEN CEL QOPM RG 30354; Chefe do Centro de Compras e Contratos da PMPA.

Protocolo: 882976

ERRATA

Errata da PORTARIA Nº 6539/22/DI/DF, contida no DOE nº 35.190 do dia 18/11/2022; **Onde Lê-Se:** Destino: Belém-PA. **Leia-se:** Destino: Salinópolis-PA. Ordenador: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO.

Protocolo: 883289

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO 4º TERMO ADITIVO AO 7º TERMO ADITIVO REFERENTE AO C.A Nº 289/2018 – CCC/PMPA

PUBLICAÇÃO NO DOE Nº:34.923 DE 06/04/2022, PROT. Nº 781025

PUBLICAÇÃO NO DOE Nº:34.988 DE 31/05/2022, PROT. Nº 805935

PUBLICAÇÃO NO DOE Nº:35.066 DE 03/08/2022, PROT. Nº 834885

PUBLICAÇÃO NO DOE Nº:35.136 DE 30/09/2022, PROT. Nº 859476

ONDE SE LÊ: Reajuste de valor de R\$ 1.762,65

LEIA-SE: Reajuste de valor de R\$ 1.672,65

ORDENADOR: JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR.

Protocolo: 882838

Errata da PORTARIA Nº 417/22/DI/DF, contida no DOE nº 34.868 do dia 17/02/2022; **Onde Lê-Se:** Servidores: SGT PM Michel Franco Lobão Ferreira; CPF: 518.015.582-72; Valor:R\$ 1.318,80. **Leia-se:** Servidores: SGT PM Michael Franco Lobão Ferreira; CPF:518.015.582-72; Valor: R\$ 1.318,80. Ordenador: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA

Protocolo: 883245